

Recensão: ROSAS, Fernando (coord.) (2022), *Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa, Tinta-da-china.

André Costa Pina

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Artigo recebido a 10/03/2025.

Aceite para publicação a 17/03/2025.

Revolução Portuguesa, 1974-1975, publicado pela Tinta-da-china e coordenado por Fernando Rosas, resulta de um seminário dinamizado pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) em 2022, no âmbito do início das comemorações do cinquentenário do 25 de abril de 1974. Esta obra coletiva oferece uma abordagem multifacetada da Revolução Portuguesa, abordando aspetos do plano militar, político, ideológico, cultural, económico, artístico, bem como o processo de descolonização.

Fernando Rosas, autor do primeiro capítulo, inicia a obra com uma análise que sintetiza o processo de desagregação do regime do Estado Novo, identificando as condições conjunturais que conduziram ao golpe militar do Movimento das Forças Armadas (MFA). O autor questiona o fracasso da “Primavera Marcelista”, argumentando que a tentativa de liberalização do regime foi incapaz de anular as tensões internas e externas que minavam o Estado Novo. Paralelamente, destaca, neste período, a recomposição dos campos políticos, a radicalização dos movimentos de oposição ao regime, mas sobretudo o ativismo antifascista e anticolonial, que, segundo Rosas, atingiu no final do regime uma “hegemonia ideológica e cultural” no país. A sua tese central assenta na interpretação de que o 25 de abril de 1974 não foi apenas um golpe militar, mas um movimento que rapidamente extravasou esse domínio, transformando-se assim num “processo revolucionário de massas” (p. 39).

Maria Inácia Rezola enquadra a Revolução Portuguesa na terceira vaga da democratização na Europa, definindo-a pelo seu carácter de rutura. A autora identifica três abordagens

predominantes na historiografia e nas ciências sociais: forças armadas; elites políticas; movimentos populares. Neste capítulo, Rezola destaca as transformações no MFA, especialmente após o 11 de março de 1975, que levaram à fundação do Conselho da Revolução (CR). Neste seguimento, o MFA afirmou-se como o “órgão tutelar da democracia” e comprometeu-se com um programa político centrado na “via de transição para o socialismo” (p. 71).

Manuel Loff analisa o período entre 11 de março a 25 de novembro de 1975, o “Verão Quente”. Este período foi marcado pela “via portuguesa para o socialismo” (p. 78) que se materializou em medidas como as nacionalizações da banca e dos seguros. Loff interpreta estas medidas como uma aproximação tardia do Estado português aos modelos económicos francês, alemão ocidental e britânico, onde o Estado desempenhava um papel significativo na economia. Apesar das narrativas atuais que deslegitimam as decisões do “Verão Quente” e do Governo de Vasco Gonçalves, o autor destaca que, na época, houve um consenso alargado em torno destas políticas, desde o PS ao PPD/PSD. Loff argumenta que, na sua génese, a Revolução Portuguesa foi uma revolução socialista que se alinhou, progressivamente, com as democracias liberais europeias.

Álberico Afonso Costa explora o impacto da revolução a partir da história local de Setúbal, focando-se no papel das comissões de moradores e trabalhadores. O 25 de abril permitiu que populações subalternas subvertissem a velha ordem social, abrindo caminho para que os movimentos populares assumissem os destinos de Setúbal. Num contexto marcado por ocupações de casas devolutas e conflitos laborais, o autor realça as disputas à esquerda pela hegemonia dos movimentos de massas. Setúbal tornou-se, assim, num “laboratório de experiências de organização da vida urbana” (p. 161), onde se ensaiaram novas formas de participação política e de gestão comunitária.

Um dos temas mais polémicos do PREC foi a reforma agrária, analisada por Fernando Oliveira Baptista. O autor explorou as tensões sociais no Alentejo, entre trabalhadores rurais e grandes latifundiários, destacando a disputa entre uma “via socialista” e uma “via capitalista” na gestão das unidades agrícolas. Baptista refere como os processos de ocupação de terras

transcendiam a questão laboral, estendendo-se ao domínio da apropriação do espaço da aldeia. A reforma agrária enraizava-se, assim, “na vontade de mudar o mundo de ‘baixo para cima’” (p. 181).

Ricardo Noronha propõe uma análise inovadora no campo da economia política portuguesa, focando-se nos planos económicos de Mário Murteira, ministro da Economia do IV Governo Provisório. Em oposição à estratégia económica do Estado Novo, que Murteira refere como “o plano”, propôs um “anti-plano”, uma visão socialista baseada num modelo de “economia mista”. No entanto, este modelo alternativo de desenvolvimento nunca foi realizado em Portugal, em detrimento de um modelo económico liberal.

Hugo Castro abordou a dimensão artística da revolução. O autor enquadra a canção de protesto num processo de renovação da música popular portuguesa nos anos 1970. Após a revolução, as expressões culturais alinharam-se “com a luta revolucionária”, dando origem a uma “militância cultural revolucionária” (p. 230). Castro realça como os criadores artísticos se tornaram “agentes políticos”, e como a arte se encontrou no centro da disputa ideológica sobre o rumo a dar à revolução.

Pezarat Correia enquadra o 25 de abril no processo de descolonização, que precipitou o colapso do Império Português. O autor argumenta que o fim do “ciclo africano” não foi “atípico na história imperial portuguesa”, comparando-o com o fim do “ciclo do Oriente” e o “ciclo do Brasil” (p. 272). Correia realça como o Estado Novo foi incapaz de compreender as transformações geopolíticas devido aos “vícios da perspetiva do colonizador” (p. 299). Tal como Mia Couto, o autor propõe uma perspetiva crítica do colonialismo português, ao argumentar que os movimentos de libertação africanos levaram ao desmoronamento do Estado Novo.

Pedro Aires de Oliveira aborda o impacto do contexto internacional na política externa durante a revolução. O autor refuta a ideia de que Portugal estava isolado, ao destacar a continuidade das relações diplomáticas com os EUA e a Europa Ocidental. Com a transição democrática não ocorreu nenhuma transformação significativa na política externa, mantendo o vínculo à NATO e a relação com as instituições financeiras internacionais. Apesar de uma

breve aproximação aos “não alinhados” no V Governo, Portugal nunca rompeu os compromissos internacionais, optando por uma estratégia de integração europeia.

A obra *Revolução Portuguesa, 1974-1975* constitui um importante contributo para o conhecimento de um dos períodos mais marcantes da história de Portugal. Ao reunir múltiplas perspetivas sobre os corolários do 25 de abril de 1974, constitui-se também como uma fonte essencial para o conhecimento do atual estado da arte da investigação histórica sobre este período. Ao longo dos capítulos destaca-se a complexidade da Revolução Portuguesa num diálogo com as múltiplas experiências dos intervenientes que fizeram a revolução, reunindo as perspetivas epistemológicas supramencionadas por Rezola. Vários autores deixam claro na sua análise sobre os anos 1974 a 1975 que este foi um período em que o destino de Portugal estava em aberto, permeado pelo princípio da esperança, tal como aludiu Ernst Bloch (1995: 238-241), com a utopia a impor-se como força motriz para a construção de um mundo novo. Por outro lado, após o cinquentenário da revolução, em Portugal, a sua memória tem-se tornado num ponto de confronto político-ideológico, sobretudo na rejeição do socialismo como elemento fundador da democracia e da liberdade política. Assim, perante uma conjuntura atual marcada por projetos que pretendem reescrever o passado, a presente obra destaca-se como uma importante crítica, comprometida com o 25 de abril de 1974 como marco fundador da democracia portuguesa.

Referências bibliográficas

ROSAS, Fernando (coord.) (2022), *Revolução Portuguesa, 1974-1975*, Lisboa, Tinta-da-china.
BLOCH, Ernst (1995), *The Principle of Hope*, Vol 1, Massachusetts, MIT Press.

André Costa Pina.

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.

ORCID: 0000-0002-2183-6283

E-mail: andrecostapina@gmail.com / up201501889@up.pt